ID: 26	Reconquista	Tiragem: 11 000	Página: 20	ESG
Data: 18.03.2021		País: Portugal	Cor: preto e branco	
		Âmbito: regional		
		Periodicidade: semanal		

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA E PARTIDOS UNIDOS PELA COESÃO TERRITORIAL

Todos querem a sede da ESGIN em Idanha-a-Nova

VOTAÇÃO Mesmo com o voto contra do PS (exceto quatro deputados), o Movimento pela Autonomia da ESGIN viu a maioria do Parlamento dar razão à sua pretensão.

Lídia Barata
lidia.barata@reconquista.pt

Sede da nova escola em Idanha-a-Nova tem cada vez mais apoios

PSD, Bloco de Esquerda, PCP, CDS-PP, Partido Ecologista dos Verdes, PAN, Iniciativa Liberal e Chega votaram e aprovaram a Petição N.º 40/14, do Movimento pela Autonomia e Sede da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN), no plenário de 11 de março. "Votou apenas contra o Partido Socialista", explicam os representantes do Movimento, mas "para surpresa e pasmo, apresentaram declaração de voto a favor, já no final da votação, os deputados eleitos pelo distrito de Castelo Branco, Nuno Fazenda, Hortense Martins e Joana Bento, e a também socialista Alexandra Tavares de Moura".

Usaram da palavra para apresentar os seus projetos de resolução, os representantes do BE, PCP, CDS-PP, PSD, PEV, PS e PAN. "Após a votação, as propostas baixam à oitava Comissão Parlamentar da Educação, Ciência, Juventude e Desporto", referem, pois, "dado o consenso alargado, vai ser elaborada, em reunião conjunta, uma recomendação com texto único que será enviada ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior".

Recorde-se que o Conselho Geral do IPCB aprovou a 10 de fevereiro os seus novos estatutos, iniciando desta forma a sua reestruturação, passando a ser criados nove departamentos transversais e quatro novas Unidades Orgânicas (escolas), ao invés das seis existentes até aqui. No caso da ESGIN, esta extingue-se e transforma-se em Escola Superior de Informática e Gestão (ESIG).

Recorde-se também que a ESGIN "resultou da visão e da vontade política que defendeu o desenvolvimento harmónico e sustentável do interior e a descentralização do ensino superior", criada por força "do Decreto-Lei nº 153/97, de 20 de junho, com sede em Idanha-a-Nova e dotada de autonomia administrativa, pedagógica e científica". E é por isso, que, apesar da autonomia do Conselho Geral em decidir reestruturar a instituição, "nos termos do n.º 2 do artigo 59.º do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, a extinção de escolas de instituições de ensino superior públicas, carece de autorização prévia do ministro da tutela".

É assim no ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, que é depositada a esperança, esperando todos que "não aprove os enviesados novos estatutos do IPCB, por ter em conta a votação inequívoca e maioritária em defesa da sede e autonomia da ESGIN de todos os Grupos Parlamentares, exceto do Partido Socialista", tal como terá em conta "o decreto-lei que criou a ESGIN com autonomia e sede em Idanha-a-Nova", mas também "o estatuto de território de baixa densidade atribuído ao concelho de base rural, na sequência da deliberação n.º 55/2015, de 1 de julho, da Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020 e que lhe abre portas à aplicação de medidas de discriminação positiva". Tal também vai de encontro "às políticas apresentadas pelo Governo a bem do interior" e que "também impediriam que a nova ESIG perdesse a sua sede e respetiva autonomia em Idanha-a-Nova".

Esta decisão foi corroborada pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) que na última semana destacava que "as áreas de formação atualmente ministradas em Idanha-a-Nova constituirão um dos nove departamentos que abarcará as áreas das ciências empresariais e jurídicas" e daqui "resultará uma nova escola do IPCB: a Escola de Informática e Gestão". Defende que a associação destas áreas do saber "reforçará e valorizará a conceção e o desenvolvimento de novas ofertas formativas, alinhadas com a nova escola". É, por isso "expectável que novas formações, relacionadas com temas emergentes da gestão e das tecnologias da informação, possam reforçar o impacto do IPCB, particularmente esta sua escola no território".

PARLAMENTO Cláudia André, deputada eleita pelo PSD no círculo de Castelo Branco, na sua intervenção do debate parlamentar de 11 de março "insta o Governo a preservar a autonomia e a manutenção da sede da ESGIN, assim como em assegurar a sustentabilidade financeira do IPCB", com o seu partido a "acompanhar os seis projetos de resolução trazidos à discussão", apelando à construção de "pontes de entendimento que sejam equilibradas e que sirvam os jovens, as populações e as empresas" do distrito, pois "servir o interior é também servir todo o país".

Cláudia André lembra o legado do PSD no fortalecimento da ESGIN, que passou a administrar "cursos de especialização de quadros de empresas, a realizar projetos de investigação aplicada em cooperação com a comunidade empresarial, a apoiar as empresas e instituições e a orientar o seu desenvolvimento industrial". Assim, "entende a necessidade da reestruturação do IPCB, pressionada pelos novos desafios científicos e académicos e pela imposição que o atual Governo propôs como moeda de troca do reforço financeiro necessário ao equilíbrio da instituição".

Deixou ainda uma saudação aos 5578 subscritores da petição, número que representa 57 por cento da população de Idanha-a-Nova, uma "esperança redobrada e consensual que demonstra a força na ESGIN, a força de Idanha-a-Nova e o dinamismo da região e do distrito de Castelo Branco". Peticionários que também mereceram a saudação de Edite Estrela, que neste dia dirigiu os trabalhos. Em defesa dos projetos de resolução apresentados e que acompanham a petição do Movimento pela Sede e Autonomia da ESGIN, Luís Monteiro (BE), Paula Santos (PCP), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Mariana Silva (PEV) e Bebiana Cunha (PAN) foram unânimes em reconhecer a pertinência da petição".

Os deputados não concordam que se rompa com um compromisso com mais de 30 anos e que ajudou "na democratização do ensino superior", mas também "tem contribuído para o travar a desertificação", apontando a ESGIN como "um bom exemplo de desenvolvimento regional quando se fala em combater as desigualdades do território".

Os diversos parlamentares também concordam que o problema se centra "na crónica suborçamentação das instituições de ensino superior, resultado da opção política dos sucessivos governos, sendo por isso necessário sempre um reforço de verbas para pagamento de salários, porque a verba do Orçamento de Estado nem sequer cobre as despesas correntes".

A bancada socialista votou contra, mas Nuno Fazenda, eleito pelo distrito, destacou a importância do ensino superior no desenvolvimento do interior e na atração de jovens e na criação de massa crítica, não esquecendo que "desde 2015 o número de alunos cresceu 11 por cento". Lembrou o efeito que tem em termos de coesão territorial "localizar em 1991 uma escola superior em Idanha-a-Nova, o que tem permitido formar jovens portugueses e estrangeiros num concelho rural e atrair eventos, determinados setores e desenvolvimento para a economia local". Defende, por isso que seja "adotada uma solução que salvaguarde o projeto educativo da ESGIN e do IPCB em nome de um país mais coeso", mantendo "a intensidade formativa em Castelo Branco, mas também em Idanha-a-Nova, de modo a salvaguardar o projeto da ESGIN".

Encontrar uma solução equilibrada, "tendo em conta o peso da instituição no território, a competitividade do tecido económico, a retenção do capital social e humano através do conhecimento, fixando os jovens no território", é também defendido pela socialista Alexandra Tavares de Moura.

Apesar de ter deixado passar a votação deste ponto, a deputada socialista Hortense Martins, fez uma declaração, exprimindo a sua "votação em todos os projetos de resolução apresentados sobre a ESGIN e o IPCB".

Edite Estrela, apesar de considerar que já foi fora de tempo, tomou nota dos votos favoráveis dos quatro deputados socialistas, Nuno Fazenda, Alexandra Tavares de Moura, Hortense Martins e ainda Joana Bento.